



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 8

CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ

Data de aceite: 21/05/2021

Clarissa Flávia Santos Araújo

Doutoranda em Economia pela Universidade de Brasília (UnB)

Professora substituta na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Codó-MA

<http://lattes.cnpq.br/7023328148424879>

Alyne Maria Barbosa de Sousa

Dra. em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Professora do Instituto Federal de Educação
Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)

Teresina-PI

<http://lattes.cnpq.br/9295668553794372>

RESUMO: A conjuntura da questão agrária do estado do Piauí constitui a temática de interesse na presente reflexão. Como recursos metodológicos da pesquisa, realizou-se pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários sobre os estabelecimentos agropecuários nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 do IBGE, número de assentamentos rurais e em relação aos conflitos por terra, ocupações de terras e manifestações nas publicações organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 2009 a 2018. Conclui-se que, a existência dos conflitos no campo piauiense se deve à concentração de terras no Estado e à expansão do agronegócio, que provocou profundas transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais no espaço agrário piauiense,

principalmente, a partir da década de 1990.

PALAVRAS - CHAVE: Questão agrária. Concentração de terras. Piauí.

LAND CONCENTRATION AND AGRARIAN REFORM POLICY IN STATE OF PIAUÍ

ABSTRACT: Current situation of agrarian question in state of Piauí constitutes topic of interest on present reflection. As methodological resources, bibliographic research and secondary data survey about agricultural establishments on IBGE Agricultural Census of 2006 and 2017, rural settlements and land conflicts, land occupations and manifestation organized by Comissão Pastoral da Terra (CPT), in period between 2009 and 2018. The conclusion is that conflicts on countryside are due to land concentration and agribusiness expansion in Piauí, which caused deep social, economic, political and environmental transformations, mainly from 1990 decade on.

KEYWORDS: Agrarian question. Land concentration. Land conflicts. Piauí.

1 | INTRODUÇÃO

O estado do Piauí possui uma área geográfica de 251.616,823 km², com uma população total de 3.118.360 milhões habitantes, sendo que 2.050.959 pessoas vivem na zona urbana e 1.067.401 pessoas na zona rural (IBGE, 2011). Em termos de número de estabelecimentos agropecuários, em 2017, no Estado havia 245.601 estabelecimentos,

dos quais, a maior parte (197.246 estabelecimentos) caracterizada como de Agricultura Familiar (IBGE, 2019a).

Todavia, em que pese esse dado, o perfil fundiário piauiense permanece praticamente inalterado. Muito embora o índice de Gini do Piauí tenha melhorado em 2017 (0,859) com relação a 2006 (0,870), ainda se observa um alto grau de concentração das terras no Estado (quanto mais próximo de 1, mais desigual a distribuição), de acordo com os Censos Agropecuários (IBGE, 2012; IBGE, 2019a).

Nesse sentido, o elevado grau de concentração da propriedade fundiária que conformou a estrutura agrária piauiense é um reflexo do modelo de ocupação econômica, que desde os primórdios do processo de colonização, teve como atividade predominante a pecuária, e consolidou o latifúndio no Piauí. Contudo, a partir do início dos anos de 1950, essa dinâmica econômica sofreu profundas transformações. Primeiramente, com o declínio das atividades ligadas ao extrativismo vegetal e, posteriormente, em meados dos anos de 1970, com o incentivo do governo estadual para a implantação de projetos de modernização agrícola. Nesse processo, a pequena propriedade foi sendo incorporada à média e grande propriedades, o que provocou um intenso êxodo rural de pequenos(as) agricultores(as) para as periferias urbanas.

Nas décadas de 1980 e 1990, a questão agrária piauiense ganhou nova complexidade em decorrência da busca mundial por *commodities* agrícolas e não agrícolas, e conseqüentemente por grandes extensões de terras. Em função dessa configuração, pesquisadores e teóricos têm se debruçado sobre a superação ou permanência e atualidade da questão agrária, a respeito de soluções para o problema, inclusive reafirmando a necessidade da reforma agrária como também aparecem discussões sobre o destino das populações do campo nos processos de avanço do capitalismo e de industrialização da agricultura.

Como base nesse cenário, o objetivo deste trabalho é analisar a conjuntura da questão agrária no estado do Piauí, a partir das singularidades do processo histórico da ocupação da terra no Estado, da política estadual de reforma agrária e da análise dos dados de conflitos por terra no campo piauiense. Para tanto, como recursos metodológicos da pesquisa, realizou-se pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários sobre os estabelecimentos agropecuários nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), número de assentamentos rurais e em relação aos conflitos por terra, ocupações de terras e manifestações nas publicações organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 2009 a 2018.

Assim sendo, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, seguido da introdução, resgataram-se as singularidades do processo histórico piauiense, para o entendimento das contradições inerentes à conformação da estrutura fundiária; na segunda seção, contextualizou-se a questão agrária piauiense e a política de reforma agrária estadual; em seguida, apresentou-se a conclusão.

21 COLONIZAÇÃO, OCUPAÇÃO ECONÔMICA E O GERME DO LATIFÚNDIO NO PIAUÍ

No Piauí, a problemática fundiária teve suas raízes no processo de colonização. Conforme Tapety (2007), a ocupação econômica do Piauí iniciou em 1676, com Domingos Afonso Sertão (o “Mafrense”), Julião Afonso Serra, Francisco Dias D’Ávila (conhecido como “proprietário da Casa da Torre”) e Bernardo Pereira Gago, que obtiveram do Governador de Pernambuco as primeiras sesmarias. A ocupação ocorreu mediante acirradas lutas contra os povos indígenas que habitavam os vales do Gurgueia, implantando, assim, as primeiras fazendas de gado.

Em 1681, novas sesmarias foram anexadas à Casa da Torre, localizadas nas margens dos rios Parnaíba, Paraim, Gurgueia e Itaperu. Todavia, em 1774, devido aos conflitos entre as pessoas que almejavam a propriedade das terras, a Coroa Portuguesa, através de Cartas Régias, estabeleceu que as áreas doadas deveriam medir apenas três léguas. Entretanto, apesar dessa regulamentação, a população livre continuou sendo explorada pelos sesmeiros, sendo obrigada a pagar 10 mil réis por ano pela posse da terra (TAPETY, 2007; OLIVEIRA, 2014).

Mafrense foi a figura central da colonização do Piauí. Em 1711, após a sua morte, suas terras passaram para os jesuítas e, posteriormente, tornaram-se bens da Coroa, sendo denominadas Fazendas Reais depois com a República, as terras ficaram conhecidas como Fazendas Nacionais e, a partir de 1946, com a transferência para o Estado, foram rebatizadas de Fazendas Estaduais (MENDES, 2003; OLIVEIRA, 2014; ARAÚJO, 2016).

De acordo com Mott (2010), a conquista e povoamento da região piauiense e de outras zonas áridas do Nordeste foram motivados, principalmente, pela expansão da economia açucareira, que dependia do gado bovino e equino para a alimentação básica da população livre e escravizada, para o transporte e como força motriz dos engenhos de açúcar, além da importância do couro bovino como matéria-prima para a fabricação de utensílios domésticos e como embalagem de rolos de fumo exportados para a África e Europa.

No entanto, devido à grande expansão dos canaviais, no início do século XVII, a criação de gado próxima aos engenhos representava forte concorrência à agroindústria açucareira, pois desviava terras, capital e mão-de-obra da principal e mais lucrativa atividade, a fabricação de açúcar (MOTT, 2010; OLIVEIRA, 2014; ARAÚJO, 2016).

Mott (2010) afirma que as fazendas de gado no Piauí continuaram em expansão ao longo do século XVIII, em consequência da crescente importação de boiadas para a região aurífera das Minas Gerais. Dessa forma, o povoamento da região caracterizou-se por ser centrífugo e latifundiário, primeiro, por responder à cobiça dos sesmeiros, desejosos de grandes glebas de terras, e em segundo lugar, devido à necessidade intrínseca da atividade pecuarista, que se caracterizava por ser extensiva, na qual o gado é criado solto.

Bandeira (1981) argumenta que a especificidade da criação de gado no Piauí foi responsável pela baixa densidade demográfica das cidades situadas no sul do Estado e pela excessiva concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, pois a pecuária extensiva exigia extensas terras e reduzida mão-de-obra.

Segundo Martins *et al.* (2002), no final do século XVII, existiam no Piauí apenas 438 habitantes distribuídos em 129 fazendas de gado. Com o crescimento do rebanho e incorporação de novas áreas, 80 anos depois, a população elevou-se para 14.342 habitantes, dispersos em 536 fazendas, mantendo-se praticamente inalterada a densidade demográfica e a restrita utilização de trabalhadores na criação de gado.

Ademais, os mencionados autores revelaram ainda que a pecuária piauiense se caracterizou pelo baixo nível de investimento requerido e pelo caráter escravista. No final do século XVII, existiam 211 trabalhadores escravizados (o que representava 70% da população total), superior às populações branca – que era de 155 habitantes – e indígena, de 64 habitantes. Importante destacar ainda que o baixo número de indígenas foi resultado do extermínio desses povos durante o estabelecimento dessa atividade no Piauí.

Nessa perspectiva, Rocha (1982) reconhece que a fazenda de gado foi o germe do povoamento, o que determinou e condicionou a forma de ocupação e uso da terra, a dinâmica das demais atividades agrárias e o tipo de organização econômica, social e política da Capitania, Província e posteriormente, do estado do Piauí.

Nesse sentido, por mais de dois séculos, a economia piauiense, baseada na pecuária, alicerçou-se na exploração contínua e predatória de sua base natural, com ênfase no uso das pastagens e água para o gado bovino, consolidando no século XVIII o latifúndio no estado do Piauí (OLIVEIRA, 2014; ARAÚJO, 2016).

Rocha (1983) afirma que, a partir de meados do século XIX, esse cenário começou a sofrer mudanças devido à inclusão da região como produtora de algodão para atender à demanda crescente do mercado internacional, em razão da nascente indústria têxtil. Porém, com o fim da Guerra da Secessão norte-americana, os Estados Unidos recuperaram sua posição de principal fornecedor do produto para as indústrias europeias, e com o surgimento de novas áreas produtoras de algodão, houve o declínio da produção nordestina e, em particular, do Piauí, a qual foi deslocada para os mercados regional e nacional.

Nessa perspectiva, até o final do século XIX, a economia configurava-se basicamente na combinação da pecuária extensiva e da produção de algodão, transformada com o nascimento de uma economia extrativista vegetal, fundada na exploração do látex da maniçoba, da cera da carnaúba e do óleo de babaçu (PIAÚÍ, 2005; OLIVEIRA, 2014; ARAÚJO, 2016).

Assim sendo, a exploração de produtos do extrativismo vegetal voltados para a exportação propiciou, durante a primeira metade do século XX, um fluxo de divisas significativas para o país e para o Estado, provocando o surgimento de indústrias beneficiadoras, a expansão comercial e o aumento das finanças estaduais. Todavia, após

o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia extrativista do Piauí entrou em declínio, fragilizada pela sujeição do processo de comercialização às crises do próprio sistema nos níveis nacional e internacional.

3 I A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PIAUÍ

O governo federal, na perspectiva de realizar uma política de distribuição de terras no estado do Piauí, iniciou um programa de colonização por meio da criação dos núcleos coloniais de David Caldas, em 1932, constituído por 350 famílias, e do Gurgueia, em 1959, composto por 260 famílias. No entanto, essas ações eram localizadas e sem continuidade; assim, não produziram impacto na alteração da estrutura agrária estadual (PIAUÍ, 2005; OLIVEIRA, 2014).

Por outro lado, para Santos (2007), o processo de organização da luta pela posse da terra no Piauí não ocorreu simultaneamente a outros Estados da federação. Embora as Ligas Camponesas tenham sido fortes no Nordeste, a partir de 1940, a sua influência política só chegou ao Piauí na década de 1960. Para o referido autor, os primeiros questionamentos levantados em relação à condição de vida das famílias rurais eram realizados quando os camponeses se reuniam, geralmente à noite, para contar histórias do cotidiano e da vida no campo.

De acordo com Muniz *et al.* (2003), somente em 1962, foi fundada a primeira organização sindical de trabalhadores rurais do Piauí, denominada de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior (ALTACAM), que passou a defender as famílias rurais dos constantes despejos, maus tratos e prisões a que eram submetidas pelos seus patrões e donos da terra.

Contudo, a partir de 1970, as terras piauienses tornaram-se alvo de políticas fundiárias desenvolvidas pelo governo estadual. Conforme Mendes (2003), em 1971, o governo do Estado criou a Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), à qual foi atribuída a função de administrar o patrimônio fundiário estadual. Posteriormente, foi criada a Lei Estadual nº 3.271/1973, que incorporou as terras devolutas ao patrimônio da COMDEPI, autorizando a alienação de terras públicas a empresários interessados em investir no Estado, mediante a apresentação de projetos de desenvolvimento (PIAUÍ, 2005; OLIVEIRA, 2014).

Os investidores chegaram ao Piauí através das ações de vários programas governamentais, financiados com recursos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no âmbito do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e instalaram projetos de modernização da agropecuária e reflorestamento. Além do incentivo à progressiva ocupação das terras, o governo também criou medidas para regularização da posse.

Entre os projetos no Piauí, o POLONORDESTE incluía um específico para a área das Fazendas Estaduais, chamado Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), abrangendo 10 municípios e perfazendo uma área equivalente a 1.620.200 hectares. O projeto visava à implementação de várias ações, como a construção de estradas, postos de saúde e escolas, e priorizou a delimitação do perímetro e a identificação de áreas apossadas. Acrescenta-se também, durante a década de 1970, as iniciativas da Diocese de Oeiras e do padre José de Anchieta Muniz Cortez, por meio da Ação Social do Vale do Gurgueia, que implantaram diversas colônias de agricultores no sul do Estado (PIAUI, 2005).

Ademais, a regularização da área foi concluída no início de 1980, após ser sucedido pelo PDRI Vale do Parnaíba, mediante a concessão do título de propriedade aos ocupantes (MENDES, 2003). Outra experiência desenvolvida no âmbito do POLONORDESTE/PDRI Vale do Parnaíba, foi a aquisição de cerca de 197.000 hectares de terras, que foram redistribuídas para aproximadamente 3.653 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, entre 1977 e 1980 (PIAUI, 2005; OLIVEIRA, 2014; ARAÚJO, 2016).

Estudos apontam que a facilidade de acesso a recursos federais altamente subsidiados e a incentivos fiscais administrados pela SUDENE, provocou “uma verdadeira corrida às terras piauienses” (PIAUI, 2005, p.18-19). Assim sendo, não só a posse foi facilitada como também os proprietários de terras foram incentivados – através de amplo acesso a crédito, assistência técnica e escoamento da produção, proporcionada por investimentos em novas estradas – a direcionar as unidades produtivas para produtos com maior valor comercial (PNCSB, 2019).

Cabe destacar que o processo de integração do Piauí às economias nacional e internacional foi iniciado de forma mais sistemática a partir da década de 1980, devido à expansão da produção capitalista no campo, para o atendimento da demanda do mercado externo. Esse processo se iniciou com a expansão da fronteira agrícola e com a presença de produtores oriundos do Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso e São Paulo, que se deslocavam, seguindo o movimento de dilatação da fronteira do Centro-Oeste para o Nordeste, em busca de terra barata para a instalação de empreendimentos produtivos de grãos, principalmente, soja destinada à exportação (PNCSB, 2019).

Nesse sentido, no cerrado piauiense, principalmente, no sul do Piauí, intensificou-se a produção de grãos e conformou-se nesse período um mercado especulativo de terras, no qual extensas propriedades foram comercializadas a preços insignificantes (PNCSB, 2019; REYDON; MONTEIRO, 2006).

Nessa mesma década, por meio da Lei nº 3.783/1980, foi criado o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), como órgão executor da política agrária do Estado, em substituição à COMDEPI, o qual se responsabilizou pela administração do Fundo de Apoio ao PDRI (PIAUI, 1980). Sendo assim, o INTERPI passou a atuar como órgão gestor do patrimônio público imobiliário estadual e a promover o assentamento de famílias através de aquisição

de terras, por meio de compra direta e do uso de terras públicas estaduais.

Todavia, conforme denúncias sistematizadas pelo Projeto Nova Cartografia Social dos Babaçuais (PNCSB, 2019), essas negociações foram feitas sem controle ou transparência, de forma a atender aos interesses de grandes proprietários, favorecendo a grilagem de terras. O mesmo boletim chama atenção que esse processo não findou nessa época, uma vez que ainda permanece o contínuo movimento de chegada ao Estado de grandes empresários e corporações, atraídos por terras negociadas a preços baixos, topografia plana, vegetação favorável e clima propício ao cultivo de monoculturas.

De acordo com PNCSB (2019), especificamente, sobre a grilagem de terras, em 1996 foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Conflitos Agrários, na esfera da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), para apurar as negociações de terras públicas desde a década de 1970. A referida CPI apurou diversos problemas na administração do patrimônio imobiliário rural estadual por parte da COMDEPI e do INTERPI, dentre os quais destaca-se a negligência dos referidos órgãos em relação à não efetivação de “Ações Discriminatórias”; isto é, não foram criados instrumentos legais para separar as terras devolutas dos domínios de particulares, contando inclusive, com a conivência dos cartórios nessa prática ilícita.

A grilagem de terras, e por consequência, os conflitos de terra no cerrado piauiense configuram-se bastante preocupantes, de tal modo que, em 2012, no âmbito do Ministério Público Estadual (MPE) foi criada a Vara Agrária no município de Bom Jesus e o Grupo Especial de Regularização Fundiária de Combate à Grilagem, com o objetivo de combater a grilagem de terras no Estado. Na época, o juiz titular da Vara Agrária identificou irregularidades e solicitou a anulação de registro de mais de 500.000 hectares de terras públicas. O levantamento do MPE, por sua vez, detectou que mais 124.000 hectares de terras foram adquiridas indevidamente no Piauí. Além disso, várias ações continuam sendo feitas pelos referidos órgãos, que resultaram em prisões e anulações de registros (PNCSB, 2019).

Acrescenta-se ainda, que as organizações do campo têm denunciado o caráter de várias Leis Estaduais que favoreceram o agronegócio. Segundo o boletim do PNCSB (2019), a Lei nº 5.966/2010, que dispõe sobre a regularização fundiária no cerrado piauiense, incentivou a posse ilegal de terras, pois validou títulos emitidos sem autorização da COMDEPI e/ou do INTERPI. Já a Lei nº 6.709/2015, que trata da reforma, regularização fundiária e colonização de terras devolutas no Estado, proveu titulação somente individual, não reconhecendo os territórios dos povos e comunidades tradicionais, que utilizam a terra de forma coletiva.

Nesse sentido, a terra passou a ser um ativo que se valoriza e um instrumento de negociações especulativas, enquanto grande parte dos(as) pequenos(as) produtores(as) rurais historicamente têm sido excluídos do acesso a terra.

Em outra direção, no contexto de intensa modernização da agricultura brasileira,

crece a luta por terra e a demanda por reforma agrária no Brasil, como também no Piauí, por parte de uma reivindicação dos movimentos sociais. Desde então, observaram-se no debate político a presença do tema, bem como intervenções conjunturais, com diversas desapropriações e criação de assentamentos rurais (MEDEIROS; LEITE, 2009).

No estado do Piauí, o governo federal, com o objetivo de financiar o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem-terra e a agricultores familiares, instituiu o Programa Fundo de Terra para a Reforma Agrária/Banco da Terra, em 1998 e o governo federal criou o Programa Nacional de Crédito Fundiário (executado pelos Estados), em 2002; esse último, para atender às distintas demandas de acesso à terra, incluindo áreas com menores extensões, mas consideradas aptas para desapropriações por interesse social, pelo INCRA (PIAUI, 2005).

O Programa Banco da Terra foi extinto em 2002, mas implementou no Estado, através da Secretaria de Agricultura, 53 projetos, beneficiando 1.439 famílias de agricultores rurais. O Crédito Fundiário por sua vez, criado em 2002, continua suas atividades por meio da Superintendência de Desenvolvimento Rural do Estado (SDR-PI) e financiou até 2010, a aquisição de terras, beneficiando aproximadamente 12.185 famílias de trabalhadores rurais, em 644 projetos de assentamentos. O INTERPI, desde o início de seu funcionamento, beneficiou apenas 10.032 famílias, totalizando uma área de 658.251,54 hectares, em 198 Projetos Estaduais (PE) (PIAUI, 2018). No município de Teresina, a Prefeitura, promoveu a partir de 1998, em parceria com o INCRA e no âmbito do Projeto Casulo, o assentamento de 289 famílias em quatro projetos, abrangendo uma área de 1.301,49 hectares (OLIVEIRA, 2014).

Em termos de gestão da política de reforma agrária no Piauí, o INCRA encerra maior expressão no Estado. No período de 1900 a 2019, o órgão criou 499 Projetos de Assentamentos Federais (PA), envolvendo uma área de 1.391.243,64 hectares, beneficiando 31.169 famílias (INCRA, 2019). Especialmente, os assentamentos rurais no Piauí concentram-se na Macrorregião Meio Norte, principalmente nos Territórios Entre Rios e dos Cocais. Na região sul do Estado, especificamente no cerrado piauiense, há uma menor concentração de assentamentos rurais, em função da ocupação da região por empreendimentos agropecuários.

Entretanto, apesar de tais ações, ao serem analisados os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, é possível afirmar que o perfil fundiário piauiense permanece praticamente inalterado, ou seja, poucos estabelecimentos agropecuários concentram um alto percentual de terras, como se pode observar na Tabela 1.

Grupo de área	Área dos Estabelecimentos (2006)	Área dos Estabelecimentos (2017)
Menos de 10 ha	299.457	331.086
De 10 ha a menos de 100 ha	2.414.065	2.719.987
De 100 a menos de 1.000 ha	3.455.727	3.011.222
Mais de 1.000 ha	3.337.349	3.947.561
Total	9.506.597	10.009.858

Tabela 1 - Área dos estabelecimentos agropecuários no Piauí, segundo o estrato de área, entre os anos 2006 e 2017

Fonte: IBGE (2019b).

Em 2017, de acordo com IBGE (2019a), o estado do Piauí contava com 245.601 estabelecimentos agropecuários, dos quais, 197.246 unidades produtivas foram caracterizadas como de Agricultura Familiar (80,3% desse total) e 48.355 como não familiares (19,7% do total).

Conforme dados da Tabela 1, em comparação com o Censo Agropecuário de 2006, houve um crescimento de 223 unidades no número de estabelecimentos e um incremento de 503.261 hectares na área total dos estabelecimentos em 2017, ou seja, a área total dos estabelecimentos era de 9.506.597 hectares em 2006, aumentando para 10.009.858 hectares em 2017. Cabe destacar que, dessa área total, dos 10.009.858 hectares, a área específica da Agricultura Familiar abrangeu apenas o equivalente a 3.852.846 hectares, isto é, 38,5%.

A partir dos dados da Tabela 1, verificou-se que: a) em relação à quantidade de estabelecimentos agropecuários **menos de 100 hectares** no período de 2006 a 2017, observou-se um crescimento de 12,44% da área desses estabelecimentos; b) no tocante aos estabelecimentos do terceiro estrato, que detinham **mais 100 hectares e menos de 1.000 ha**, de 2006 a 2017, houve uma queda de 12,86% na área ocupada pelos mesmos; c) no que tange aos estabelecimentos com **mais de 1.000 ha**, caracterizados como grande propriedade, ocorreu um aumento significativo de 18,28% da área ocupada.

É importante chamar atenção para o fato de que, em 2017 cerca de 5,77% dos estabelecimentos agropecuários detinham 69,52% da área total, demonstrando uma concentração de área em poucos estabelecimentos agropecuários. Por outro lado, 90,83% dos estabelecimentos agropecuários do Piauí abrangiam apenas 30,48% da área total (IBGE, 2019b). Também se observa a persistência do elevado nível de concentração de estabelecimentos agropecuários por meio da análise do índice de Gini (quanto mais próximo de 1, maior a concentração): em 2006, o indicador era de 0,870, e em 2017 o índice caiu para 0,859, sendo necessárias ações mais efetivas de desconcentração da propriedade da terra.

Assim, esse contexto, indica a permanência de um padrão de conflitualidade que está no cerne do acesso a terra no Piauí. Analisando os dados da CPT sobre conflitos por terra

no campo piauiense, violência em razão da posse e ocupação contra famílias nos anos de 2009 a 2018, verifica-se que nesses 10 anos ocorreram 233 conflitos, envolvendo 10.792 famílias, principalmente, posseiros(as) e pequenos(as) proprietários (as). Registraram-se ainda, 17 situações de conflitos pela água, entre 2009 a 2018, contra 1.024 famílias, as quais envolveram ameaças de expropriação, destruição e/ou poluição, impedimento ou diminuição de acesso a água e desconstrução do histórico-cultural, na região do Rio Maratoan/Barragem do Bezerra.

Esses números mostram que a violência no campo é fruto de uma questão agrária que permanece em aberto. As práticas de violência registradas contra as famílias, incluem expulsão, despejo, ameaça de expulsão, destruição de casas, roças e bens, e ainda, ameaças de morte e pistolagem. Essa violência vivida diariamente contra esses sujeitos do campo demonstram os antagonismos do desenvolvimento capitalista no campo e o persistente caráter concentrador de terras no Piauí.

4 | CONCLUSÃO

Considerando os conflitos e as manifestações por parte dos movimentos socioterritoriais, comprova-se a existência de uma questão agrária no Piauí, a qual tem como cerne a posse e uso da terra, e o imobilismo do Estado na execução das políticas de reforma agrária.

O elevado grau de concentração de terras no Estado constitui um reflexo dos processos de ocupação latifundiarista do território piauiense e consiste em uma das principais fontes de desigualdade social e econômica do campo piauiense, na medida em que inúmeros(as) trabalhadores(a)s rurais ainda não têm acesso a terra. Entretanto, apesar de todas as ações dos órgãos encarregados da execução da política de reforma agrária, a política no Piauí tem desempenho modesto, dentre os quais o INCRA encerra maior expressão no Estado.

Por um lado, o agronegócio avança no campo piauiense, com a crescente expansão da produção de grãos; e por outro, as ações de reforma agrária no Piauí mostram-se incipientes. Especificamente no cerrado piauiense, há uma menor concentração de assentamentos rurais, em função da ocupação da região por empreendimentos agropecuários, com utilização de grandes extensões de terras, o que tem ocasionado a persistência de conflitos por terra na região.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. F. S. **Assentamento Rural Campestre Norte frente à expansão do agronegócio sucroenergético no estado do Piauí**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

BANDEIRA, W. J. Notas sobre a posse e uso da terra no Piauí. **Carta Cepro**, Teresina, v.7, n.1, jan./jul., p.29-56, 1981.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Dados sobre conflitos no campo**: Piauí. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 21 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE divulga os resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017 no Piauí. **Informativo para mídia**. Teresina: IBGE, 2019b.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Painel dos assentamentos**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 21 fev. 2019.

MARTINS, A. de S. *et al.* **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. 2.ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002. 286p.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

MENDES, F. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MOTT, L. A pecuária no sertão do Piauí (1697-1818). *In*: MAESTRI, M. (org.), **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2010.

MUNIZ, A. C. F. *et al.* **Ligas camponesas no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2003.

OLIVEIRA, A. M. B. **Indicadores de sustentabilidade**: uma tipologia de assentamentos rurais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

PIAÚÍ. **Assentamentos de reforma agrária - estaduais**. Disponível em: <http://www.interpi.pi.gov.br/downloads.php>. Acesso em: 21 fev. 2019.

PIAÚÍ. **Lei nº 3.783**, de 16 de dezembro de 1980. Cria o Instituto de Terras do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <http://www.interpi.pi.gov.br/lei.php>. Acesso em: 23 fev. 2020.

PIAUI. **Piauí é um dos Estados do país que mais investe na zona rural.** Matéria produzida por Marcos Prado, Teresina, 14 abr. 2010. Disponível em: http://www.ccom.pi.gov.br/materia_especial.php?id=38730. Acesso em: 23 fev. 2020.

PIAUI. **Plano de Reforma Agrária do Estado do Piauí – 2003/2010 – PRRA, INCRA/MDA/SEPLAN,** Teresina, 2005.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS BABAÇUAIS. **Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo agronegócio no Piauí.** n.1, jan. 2019. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019.

REYDON, B. P.; MONTEIRO, M. do S. L. A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária. *In*: REYDON, B. P.; CORNÉLIO, F. N. M. (org.). **Mercados de terras no Brasil: estrutura e dinâmica.** Brasília: MDA/NEAD, p.95-121, 2006.

ROCHA, J. Estrutura agrária do Piauí. **Carta Ceppo,** Teresina, v.8, n.1, jan./jun. p.104-120, 1982.

ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. **Carta Ceppo,** Teresina, v.9, n.1, Teresina, jul./dez., p.5-18, 1983.

SANTOS, J. R. **Questão agrária no Piauí e as políticas de sustentabilidade para os assentamentos rurais:** a experiência do assentamento quilombo em Altos/José de Freitas-PI. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

TAPETY, A. F. **O vaqueiro no Piauí:** representações e práticas socioculturais (1960 a 2000). Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 